

KARDEX	(X)
MC	()
PP	()
BOC. GERAL	()

Aconteceu

PAPA CONDENA INVASÃO DE TERRAS E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO



Ormuzd Alves/FSP

Na segunda visita ao Brasil (a primeira foi em 1980) João Paulo II cumpre programa de visita a 10 capitais (Natal, São Luis, Cuiabá, Brasília, Goiânia, Campo Grande, Florianópolis, Vitória, Macaé e Salvador). Rezou missas e falou a milhares de fiéis, às vezes menos do que era esperado pela Igreja local.

O papa tem sido enfático na defesa da missão evangelizadora da Igreja Católica, tem criticado a teologia da libertação e a invasão de terras, apesar de defender a reforma agrária moderada.

De líderes indígenas ouviu reclamações sobre terra e ambiente. No Maranhão, recebeu documento elaborado por entidades de direitos humanos denunciando a violência contra trabalhadores rurais. Recebeu também carta das viúvas de trabalhadores rurais assassinados no Pará e Maranhão.

Leia mais sobre a visita nas páginas 6 e 9.

João Paulo II durante visita a Cuiabá (MT)

INFÂNCIA

Pesquisa do IBGE revela a tragédia das crianças e adolescentes no país.

(página 14)

YANOMAMI

Collor adia decisão sobre demarcação das terras.

(página 11)

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

056
1991

Lula lança manifesto

Visando ao congresso marcado para os dias 27 de novembro a 1º de dezembro próximo, o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou um "manifesto aos petistas". No documento, que está circulando no circuito partidário e do qual publicamos trechos, ele faz um balanço crítico do partido nos onze anos de existência.

Partido - Ainda que o PT seja eleitoralmente maior do que em 82, temos que reconhecer que ele não existe hoje com o mesmo ímpeto. Nossas bandeiras passaram a ser basicamente aquelas que interessam aos setores organizados da classe trabalhadora. Temos menosprezado os interesses de milhões de deserdados, que constituem a maior parte da população do país. Algumas vezes, temos também ignorado que estatal não é sinônimo de público. O partido tem defendido como de interesse público tudo o que é estatal e, algumas vezes, tem deixado em segundo plano os interesses nacionais mais amplos. E isso ocorre apesar de sabermos que num sistema democrático os grupos corporativos têm que estar subordinados a um princípio maior, que regule a democracia mais ampla.

Socialismo - O socialismo tem que ser a democracia levada às últimas consequências; não apenas a democracia institucional, mas também a democracia econômica e social. O

papel fundamental do Estado é o de garantir a justa distribuição de riqueza, salários dignos e a igualdade de oportunidades. O trabalhador tem que ser pago de acordo com a sua capacidade profissional. Ao mesmo tempo, o Estado deve manter em suas mãos apenas os setores estratégicos para o desenvolvimento da nação.

Organização - Nossos diretórios passaram a ser pouco representativos. Muitos têm apenas vida cartorial. Só se reúnem para cumprir os rituais da vida interna, para eleger deputados e disputar cargos. Às vezes temos a impressão de que vários diretórios viraram um clube de amigos com muitos inimigos no meio.

Parlamento - A atuação parlamentar tem sido um importante instrumento de luta pela hegemonia na sociedade. Depois de onze anos, o PT ainda não tem mecanismos efetivamente democráticos para escolher seus candidatos. Os encontros se limitam a homologar uma lista já pronta de candidatos e a exercer o poder de veto. Muitas vezes cometemos os mesmos erros que denunciávamos em outros partidos: desigualdade de condições financeiras, gastos exagerados na campanha, violações de princípios básicos da ética partidária.

Alianças - Não podemos mais achar que somos os donos da verdade e que sozinhos vamos resolver

todos os problemas. É preciso que todos os petistas entendam, de uma vez por todas, a diversidade que existe na sociedade. Para isso, temos que assumir de vez uma clara política de alianças com as entidades e com os partidos e setores democráticos. Muitas vezes, em nossa militância a intolerância de donos da verdade e a repulsa aos demais partidos chega a tal ponto que, na prática fica possível duvidar se o PT é um partido que realmente deseja o pluripartidarismo.

Prefeituras - Nós entramos na prefeitura para mudar a máquina e, em certa medida, a máquina mudou a gente. É verdade que somos mais honestos. É verdade que trabalhamos mais horas por dia. Mas é também verdade que, em grande parte, nossos métodos de trabalho foram determinados pela máquina, e não por nós. É preciso governar para toda a cidade, mas é preciso reafirmar que fomos eleitos com base no apoio popular a um programa. E que esse programa vai ser executado, com a certeza de que será bom para a sociedade.

Tendências - Se existe hoje liberdade para se criar outros partidos políticos, por que continuar a conviver com gente que não tem nele o seu principal instrumento político? Nós temos agora que construir uma tendência chamada Partido dos Trabalhadores. (CEDI, 15/10/91)

Arraes lança frente nacionalista

O ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes (PSB) lançou, dia 9/10 na Câmara, a Frente Parlamentar Nacionalista. É uma reação ao projeto de privatização do governo Collor e conta com a adesão de 118 deputados de partidos de esquerda.

Ao lançá-la, Arraes leu o manifesto "Em defesa do patrimônio nacional", que acusa o governo de "desmantelamento do Estado brasileiro".

O PDT, o PSB e PCdoB são os principais organizadores do movimento. PT e PCB criticaram a ini-

ciativa, embora tenham apoiado o manifesto. "Não queremos nem a privatização como quer o governo Collor e nem a estatização como quer Arraes", disse o líder do PT na Câmara, José Genofino. (Folha de S. Paulo, 10/10/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — 4.500 exemplares

Editor (Interino): Orlando Joia ★ **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTB 011.233) ★ **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Daniel Revah (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Paulo Roberto Salles Garcia (Interino Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo Tomsic (Economia/Internacional), Lais Menezes (Meio Ambiente) ★ **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) ★ **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão ★ **Arte Final:** Maria Cristina Ricardo ★ **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI: Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ ☎ Fone: (021) 224-6713 — Fax: (021) 242-8847 ou Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP ☎ Fone: (011) 825-5544 — Fax: (011) 825-7861
Assinatura Anual: Cr\$ 5.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 2.800,00
Assinatura Exterior: US\$ 50

O Brasil da depressão

O Brasil está enfrentando sua terceira onda recessiva, apenas no governo Collor, ao mesmo tempo que a equipe econômica do governo sinaliza sua própria desagregação, com vários pedidos de demissão. O caso mais grave foi a suposta demissão do próprio ministro da Economia, Marcílio Marque Moreira, noticiada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

O desmentido de Collor foi insuficiente para alterar a crença generalizada de que haverá alterações na equipe econômica e que novos pacotes estão por vir.

Enquanto isso, o crescimento do desemprego, altas taxas de juros, "tarifações" nos serviços públicos, aumentos generalizados (da cesta básica aos remédios, de carros a eletrodomésticos) são indicações claras da instalação da estagnação da economia com crescimento da inflação.

Relatório recente do FMI prevê nova queda do PIB em 91 e aponta

inflação de 193 % até fevereiro.

Acordo anunciado - O anúncio de Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), confirmando a assinatura de uma Carta de Intenções do Brasil com o Fundo (a 11ª desde 1983), não sinaliza nada de bom para os brasileiros.

É o próprio Camdessus quem antecipa dificuldades: "Nunca vi um país entrar num esforço de estabilização numa atmosfera do tipo Carnaval". E acrescenta: "é verdade que todo acordo (de estabilização com o FMI) implica em dificuldades e dores. Ajustamento é esforço", justificou.

O fato é que, depois de uma leve resistência, a economia brasileira enquadra-se cada vez mais nos objetivos históricos dos programas de ajuste do FMI: reestruturar a dívida e pagá-la em dia. Ajustar, no caso, quer dizer subordinar a política econômica à geração de superávits destinados ao pagamento da dívida.

É esse o sentido da maxi-desvalorização cambial promovida recentemente pelo governo, dos aumentos das tarifas públicas acima da inflação, da anunciada reforma fiscal e das altíssimas taxas de juros, estimulando ganhos financeiros internos e tentando atrair recursos externos.

Em tal panorama "ajuste" não significa necessariamente "estabilização", até pelo contrário. Além do impacto inflacionário de tais medidas o governo encontra a resistência da sociedade, que procura se defender como pode.

No jogo do vale tudo, entram as remarcações preventivas, a sonegação, a economia informal e outras, que mais cedo ou mais tarde sofrerão medidas punitivas, tais como tabelamentos, choques, corte de pessoal, aumento de imposto etc.

O Brasil perdeu os últimos dez anos com essa receita, e Collor ameaça repetir a dose. (CEDI, 15/10/91)

GATT analisa relação comércio-meio ambiente

O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) está reativando um grupo de trabalho sobre o comércio e o meio ambiente, que nunca havia se reunido desde que fora criado, há vinte anos.

A decisão, tomada no último dia 9 de outubro, culmina vários meses de debates sobre divergências entre os membros da organização, para definir como lidar com possíveis conflitos entre legislações comerciais e os esforços internacionais para restringir a poluição e limpar o ambiente mundial.

O conselho do GATT procura agora atualizar sua pauta para estabelecer propostas para os seguintes aspectos:

- Examinar como as disposições comerciais contidas nos atuais acordos internacionais de meio ambiente se ajustam aos princípios do GATT;
- Avaliar a transparência e os efeitos comerciais das legislações ambientais nacionais;
- Examinar os efeitos, sobre o comércio, das legislações de embalagens e rotulagem que se

destinam a proteger o meio ambiente.

Um exemplo recente mostra o quão controversa pode ser a questão. Os Estados Unidos, apoiados na sua Lei de Proteção de Mamíferos Marítimos, embargou a importação de atum mexicano porque, segundo eles, a pesca do atum estava matando um número excessivo de golfinhos. O México reagiu, apelando ao GATT, declarando que a ação americana visava apenas ao favorecimento da indústria pesqueira dos EUA. O GATT considerou que a ação americana violava normas internacionais de comércio e determinou a suspensão do embargo.

Para os ambientalistas, o episódio é um exemplo de como regulamentos comerciais podem impedir ações ambientais justificáveis. Alguns países em desenvolvimento, porém, temem a alegação de preocupações ambientais pelos países industrializados para restringir o comércio de produtos essenciais ao seu desenvolvimento. (*Gazeta Mercantil*, 9/10/91)

O que é o GATT

O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT - General Agreement on Tariffs and Trade) é um tratado multilateral de comércio internacional firmado em Genebra em 1947.

É constituído por um código de tarifas e regras de comércio estabelecidas em comum acordo pelos 23 países signatários, componentes de uma comissão da ONU (Organização das Nações Unidas).

O GATT rege-se por três princípios básicos: tratamento não discriminatório para todas as nações comerciantes; redução das tarifas por meio de negociação e eliminação das cotas de importação. Historicamente, no entanto, o que tem prevalecido, no âmbito do GATT, são os interesses dos países industrializados, que praticam o protecionismo e políticas de subsídios altamente danosas para os países em desenvolvimento.

Atualmente o GATT reúne 107 países, que em 1990 comercializaram produtos no valor de US\$ 3,7 trilhões. (CEDI, 15/10/91)

Novo presidente do Ibama promete mudanças

O secretário adjunto de Meio Ambiente da Semam/PR, Eduardo Martins, indicado para substituir Tânia Munhoz na presidência do Ibama, disse que as mudanças no Instituto serão muito mais profundas do que a simples troca de pessoas. Ele prometeu uma completa reformulação na filosofia e na estrutura do órgão, que deixará de ser exclusivamente "xerifista" para ter uma atuação mais ampla e corresponder à orientação política da Semam.

De acordo com o novo secretário, a atuação do Ibama limitava-se à fiscalização, não seguindo a orientação do governo. "Nós não vamos deixar de fiscalizar, mas se não cumprimos as etapas subsequentes, de educar e oferecer alternativas de exploração sustentável

dos recursos naturais, a fiscalização é inconseqüente", afirma Martins, prometendo "encarar com maior realismo a caça de subsistência, que representa pelo menos 60% da dieta do caboclo na Amazônia". Eduardo Martins confirmou os desentendimentos entre Lutzenberger e Tânia Munhoz, acrescentando que a necessidade de reformulações no Ibama impuseram a substituição.

O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, revelou que Eduardo Martins deverá facilitar a exploração dos recursos naturais da Amazônia, o que Tânia Munhoz não admitia. "O Eduardo é um velho amigo meu. Acredito que defenderá uma política muito mais próxima da minha posição", declarou. (*O Globo*, 4/10/91; *Jornal da Tarde*, 8/10/91)

FAO rejeita boicote a produtos florestais

O chefe do Departamento de Florestas da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), Hollis Murray, qualificou a proposta de alguns países industrializados para restringir a compra de produtos florestais como forma de pressão para a preservação das florestas tropicais como "uma política desaconselhável e inútil".

Murray participou do 10º Congresso de Florestas que se realizou no mês de setembro, em Paris. Esclareceu que todos os estudos da FAO revelam que a principal causa do desaparecimento das florestas é

a necessidade da população rural pobre de encontrar terra para produzir alimentos. Desta forma, privar os países em desenvolvimento de acesso ao mercado do qual tanto necessitam para produzir seus artigos apenas agravaria o problema que se pretende resolver, ou seja, os desmatamentos.

Acrescentou, ainda, que as medidas propostas pelos países industrializados estariam em desacordo com todas as discussões que vêm sendo feitas na rodada Uruguai do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). (*Jornal do Brasil*, 30/9/91)

Fundação vai assessorar empresários para o desenvolvimento sustentável

O presidente do Conselho de Administração da Aracruz Celulose, Erling Lorentzen, membro do Business Council for Sustainable Development (BCSD), anunciou a criação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. A entidade será presidida pelo empresário Israel Klabin e já conta com a participação de 19 empresas que contribuirão com US\$ 100 mil para a composição do capital inicial da entidade. As empresas são as seguintes: Aracruz Celulose, Andrade Gutierrez, Belgo Mineira, Brascan, C. Itoh, Cia. do Jari, Klabin, Mannesmann, Nisho Iwai, OAS,

Odebrecht, Pains, Ripasa, Shell, Simão, CVRD, Varig, Souza Cruz e Metal Leve.

Uma das principais atividades da nova fundação, cuja criação foi anunciada durante o seminário "Desenvolvimento e Ecologia na América Latina: a Visão Empresarial", será a formulação de projetos empresariais que compatibilizem desenvolvimento econômico com proteção ao meio ambiente. A entidade pretende receber a chancela de organismos internacionais voltados para o financiamento dos projetos empresariais.

ABC consome peixe contaminado

Mais de cinco toneladas de peixes são retirados diariamente da Represa Billings e figuram como prato principal no cardápio de pelo menos 10 mil famílias residentes em favelas e bairros periféricos da capital paulista. O problema é que esses peixes são contaminados por cerca de 50 a 70 mil litros de esgotos domésticos e industriais despejados na represa por segundo. Em alguns casos, a quantidade de microorganismos por peixe - incluindo coliformes fecais - chega a 24 mil por grama, de acordo com laudo do Departamento de Controle e Vigilância Sanitária de São Paulo.

Os peixes contaminados também garantem a sobrevivência de 300 famílias de pescadores residentes no Riacho Grande. O produto tem muita saída, pois é comercializado a um preço quatro vezes inferior ao da carne bovina de segunda.

A pesca profissional está proibida na Billings, mas os pescadores repassam o produto a *sacoleiros* que o revendem.

Dispostos a sair da clandestinidade, 60 pescadores fundaram a Associação Ecológica de Pescadores Profissionais, Amadores e Amigos da Billings. "Queremos nosso sustento, mas só teremos esta garantia com a preservação da Billings" afirma o presidente da Associação, José Miguel. (*O Estado de S. Paulo*, 28/9/91)

A nova fundação deverá se reportar ao recém-criado, em nível internacional, Global Environment Facility (GEF), formado por representantes do Grupo dos Sete, Banco Mundial e ONU. O GEF tem como principal função destinar recursos de países desenvolvidos a projetos empresariais de desenvolvimento sustentável no Terceiro Mundo.

O Seminário constituiu-se em uma atividade preparatória para a Rio-92 e teve como base de discussão uma minuta de documento elaborada pelo BCSD. (*Gazeta Mercantil*, 8/10/91)

CEE quer instituir imposto sobre petróleo

A Comissão da Comunidade Econômica Européia anunciou que deverá propor um imposto sobre energia correspondente a US\$ 10,00 por barril de petróleo na queima de combustíveis fósseis. Carlo Ripa di Meana, comissário de Meio Ambiente da CEE, apresentou um pacote de medidas para estabilizar, até o ano 2.000, as emissões de dióxido de carbono aos níveis de 1990. O pacote inclui medidas de caráter fiscal e não fiscal. Di Meana anunciou que deverão ser adotados impostos de US\$ 10,00 sobre o petróleo, US\$ 14,00 sobre o carvão e US\$ 5,00 sobre energia nuclear e hidrelétrica - sempre tomando-se como referência o potencial energético equivalente ao barril de petróleo - com o objetivo de promover a utilização de combustíveis menos poluentes. O gás natural, por exemplo, seria taxado a um patamar inferior.

As propostas deverão ser motivo de intensos debates dentro e fora da CEE.

A OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo, por seu lado, demonstrou preocupação com a recomendação para a adoção do imposto. O secretário-geral da entidade, general Subroto, afirmou que "o petróleo será colocado em situação comparativamente desfavorável em relação a todas as outras formas de energia, inclusive a nuclear", e que "as medidas podem afetar negativamente o crescimento da economia mundial, especialmente no Terceiro Mundo".

O documento da CEE é uma recomendação e não uma minuta de legislação, cabendo aos governos da CEE a decisão final sobre a adoção dos impostos, cuja aprovação deve ser unânime. (*Gazeta Mercantil*, 29/9/91)

RIO - 92

ONU firma convênio com o governo brasileiro para a Rio-92

O secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, Maurice Strong, assinou dia 3/10 um convênio com o governo brasileiro para a transferência dos encargos adicionais da ONU com o deslocamento do evento para o Rio de Janeiro. O acordo confirma, ainda, a data da Conferência, de 1 a 12 de junho de 1992, e prevê o gasto de US\$ 2.777 milhões.

A assinatura do convênio foi o ponto alto da agenda de Strong, que incluiu visitas de trabalho ao governador Brizola (PDT) e ao prefeito

do Rio, Marcello Alencar (PDT).

Strong mostrou-se otimista, acreditando na presença de chefes de Estado de dois terços dos países membros (166 ao todo) da ONU.

O convênio assinado trata também das condições necessárias para o sucesso da Conferência, que incluem garantias políticas, legais e alfandegárias aos participantes oficiais. Os equipamentos necessários para a Conferência poderão ser importados sem taxa, com licença de importação concedida imediatamente. (*Gazeta Mercantil*, 4/10/91)

FÓRUM GLOBAL

ONGs rejeitam proposta neoliberal

O 6º Encontro Nacional do Fórum das Organizações Não Governamentais Brasileiras realizado em São Paulo, em 26, 27 e 28 de setembro, questionou o uso do conceito do desenvolvimento sustentável como "fórmula mágica" para solucionar todos os problemas sociais e econômicos do país e do planeta. O Encontro, que reuniu mais de 300 representantes de entidades ambientalistas, ONGs e movimentos populares, foi uma atividade preparatória para o Fórum Global 92, que será realizado em junho próximo, no Rio, simultaneamente à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A posição do Fórum se opõe diretamente à proposta do governo brasileiro para a Rio 92: no relatório oficial do Brasil, o modelo de desenvolvimento sustentável - harmonização das medidas de proteção aos recursos naturais com políticas sociais e econômicas adequadas - é apresentado como alternativa para os graves desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais que caracterizam a situação atual do país.

O Encontro discutiu os temas que serão levados para o Fórum

Global 92, a partir das contribuições dos grupos de trabalho temáticos, na forma de Relatório Nacional Alternativo.

Durante o Encontro foi lançado, ainda, um movimento destinado a neutralizar a chamada campanha contra a internacionalização da Amazônia desencadeada pelo governador Mestrinho, do Amazonas, e por políticos e militares da região. Os participantes consideram que a região já está amplamente internacionalizada por força da ação de grandes grupos econômicos. A Campanha de Defesa Democrática da Amazônia deverá concentrar-se em demonstrar que os ambientalistas estão sendo injustamente acusados de pretender internacionalizar a região, quando eles lutam pelo cumprimento das leis brasileiras que asseguram o direito à vida dos índios, dos seringueiros, dos caboclos e dos agricultores.

Outra conclusão do 6º Encontro contesta a legitimidade do Relatório Nacional, na medida em que não resultou de efetiva consulta à sociedade civil. (*Correio Braziliense*, 29/9/91; *O Estado de S. Paulo*, 28/9/91; *Gazeta Mercantil*, 1/10/91)

Rio - 92 Fórum Global

Papa recebe documento sobre violência no campo

O papa João Paulo II recebeu, no Maranhão, um levantamento realizado pela Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, tratando das situações de conflito de terra no estado, de janeiro a agosto de 1991. Esses conflitos se dão entre várias categorias de trabalhadores rurais e proprietários ou pretensos proprietários, funcionários do Estado, da Justiça, de órgãos de segurança e pistoleiros.

A maioria dos casos inventariados envolve famílias que detêm imemorialmente a posse das terras onde moram e cultivam, e de onde os pretensos proprietários visam despejá-las, com ou sem mandado judicial. Para isso, contam com a participação direta de vereadores, prefeitos, deputados, delegados de polícia e autoridades em geral, que empregam milícias privadas juntamente com policiais militares para expulsar os trabalhadores. Mesmo quando há algum amparo legal para as ações de despejo, registram-se abusos de poder, com invasão de domicílio, prisões ilegais, destruição de casas, torturas e até homicídios.

Fraude no Incra

No dia 1º de outubro representantes do MST, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Associação Brasileira de Reforma Agrária, acompanhados pelos deputados Luci Choinaski, Pedro Tonelli e Valdir Ganzer, todos do PT, apresentaram ao ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, denúncia de irregularidades nos processos de licitação de obras de infra-estrutura de assentamentos de trabalhadores rurais por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Entre as práticas irregulares apontadas estão a superavaliação do valor mínimo das obras, o beneficiamento de empresas de amigos de autoridades e contratação de empreiteiras em períodos de chuva, o que atrasa o início da obra mas não seu pagamento.

O Ministério da Agricultura anulou a concorrência das empresas candidatas à realização das

Também as áreas desapropriadas para fins de reforma agrária continuam a ser foco de tensão social, em geral porque o Estado se omite em relação às ações fundiárias que deveriam seguir-se ao decreto desapropriatório (demarcação dos lotes, implantação dos projetos de assentamento).

Os dados - O documento inventariou, no período citado, 56 situações de conflito atingindo 37 municípios; 36 prisões arbitrárias de trabalhadores; 16 casos de ameaça de morte e 6 homicídios, sendo 4 de trabalhadores rurais. Esses litígios ocorrem tanto em área de ocupação antiga, o "latifúndio tradicional", quanto de ocupação recente, as fronteiras agrícolas. A maior incidência de conflitos se dá nas regiões de Pindaré e Imperatriz, áreas de influência do Projeto Grande Carajás.

O papa recebeu também carta das viúvas de trabalhadores rurais assassinados no Pará e no Maranhão, que se organizaram em movimento para protestar contra a impunidade e lutar por seus direitos. (CEDI, 15/10/91)

obras no Pará, pois conforme mostrou a reportagem da revista *Isto É Senhor* (9/10/91), as empresas "vencedoras" da concorrência já estavam previamente escolhidas. Segundo a revista, a suspensão da licitação das obras desagradou, entre outros, os governadores do Pará, Jader Barbalho, e do Maranhão, Edison Lobão.

O Ministério criou também uma comissão de sindicância para apurar irregularidades nas 13 licitações programadas pelo Incra no Pará, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre e Rondônia. No entanto, conforme informação do presidente do Incra, João Mendonça de Amorim Filho, o ministro Cabrera está analisando a possibilidade de transferir para o governo do Pará a responsabilidade pela execução das obras no estado, embora o pagamento seja feito pelo Incra. (CEDI e *Jornal do Brasil*, 2 e 11/10/91)

Justiça anula desapropriação em MS

Os processos de desapropriação para reforma agrária em Mato Grosso do Sul estão inviabilizados depois que a Justiça anulou três decretos de desapropriação assinados pelo presidente da República, alegando que são inconstitucionais por não estar regulamentada, por lei complementar, a definição de *função social da terra*. Como há mais nove decretos na mesma situação no Supremo Tribunal Federal e na Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, o Incra admite que não conseguirá fazer qualquer assentamento este ano, ou até que o Congresso vote lei complementar à Constituição. (*Jornal do Brasil*, 10/10/91)

Prêmio Nobel alternativo para luta pela terra

A luta pela reforma agrária no Brasil valeu à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) o "Prêmio do Bem Viver" - considerado o Prêmio Nobel alternativo -, concedido em Estocolmo, na Suécia, pela Fundação Right Way of Life. O Prêmio foi criado por Jakob Von Uekuell, com intenção de prestigiar quem apresente soluções práticas para os problemas da atualidade.

Segundo os jurados, a CPT e o MST mereceram o prêmio "devido à luta permanente pela conquista de terras para famílias necessitadas e por suas contribuições à conservação do meio ambiente". A Fundação tem consciência que, em todo o mundo, o Brasil é o país onde a distribuição de terras é mais desigual. Para a CPT e o MST, o prêmio "é um reconhecimento internacional de que a reforma agrária, em nosso país, é uma necessidade inadiável. Sobretudo, é o reconhecimento de que a luta dos trabalhadores rurais, contra a miséria e a opressão do latifúndio, é a base para a construção de uma sociedade justa e democrática". (CEDI, 14/10/91)

POLÍTICA AGRÍCOLA

Mais um "pacote" para a Agricultura

O governo anunciou na primeira quinzena de outubro um conjunto de medidas que visam impulsionar a safra agrícola 1991/92. Esse novo pacote tem semelhanças com os anteriores: chega atrasado para algumas regiões do país, reduz as taxas de juros de médios e grandes produtores, e provavelmente obterá mais efeitos políticos - trazendo o apoio da bancada ruralista para o governo - que o aumento da próxima safra.

As principais medidas do pacote são:

■ **Juros:** os juros dos financiamentos para médios e grandes produtores caem de 18% para 12,5% mais TRD. Os pequenos continuam pagando 9% mais Taxa Referencial Diária.

■ **Preço:** reajuste inicial de 22% nos preços mínimos. Depois, reajustes mensais pelo mesmo fator que corrigirá os financiamentos.

■ **Equivalência:** o empréstimo terá equivalência com o produto (se o produtor apanhar recursos equivalentes a 100 sacas, pagará no final do contrato e da colheita o equivalente às 100 sacas).

■ **Refinanciamento:** se o agricultor ainda não tiver vendido a safra quando vencer o financiamento, receberá refinanciamento automático.

■ **Proagro:** o governo enviará ao Congresso projeto prevendo Cr\$ 105 bilhões para quitação das dívidas do Proagro (seguro rural).

■ **Investimento:** o governo enviará ao Congresso projeto propondo a criação do Fundo de Investimento Rural, para captar recursos no mercado de capitais.

■ **Finsocial:** será enviado projeto de lei retirando o PIS/Pasep, o Finsocial e outros componentes da carga fiscal das operações do crédito rural. (CEDI e O Estado de S. Paulo, 5 e 14/10/91)

Atingidos por Tucuruí vão a Brasília

Uma comissão de prefeitos, deputados, dirigentes da CUT e do Movimento Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens está em Brasília para uma audiência com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e com a comissão interministerial formada para estudar um dos problemas da população atingida pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí: uma praga de mosquitos que infesta a região impede a população de produzir e causa doenças como leishmaniose e malária. A praga de mosquitos é apenas mais uma prova de displicência do governo em relação às mais de cinco

mil famílias, a maioria trabalhadores rurais, e à Nação Indígena Parakanã, atingidas pela construção da hidrelétrica. Os atingidos, revoltados, ocuparam os escritórios da Eletronorte no dia 1º de setembro, onde se encontram até hoje. Suas reivindicações são: indenização e realocação da população; tratamento para as famílias que eventualmente permaneçam na área afetada; definição da comissão de negociação por parte da Eletronorte referente aos requerimentos dos danos e prejuízos da população; eliminação da causa e combate imediato à praga de mosquitos. (CEDI, 14/10/91)

Depoimento incrimina família de político do PDS-PA

Abusos sexuais contra crianças, assassinatos de empregados na coleta da castanha, existência de cemitérios clandestinos nas fazendas da família Mutran e envolvimento da juíza da comarca de Marabá (PA), Ezilda Pestana, com os acusados desses crimes foram as principais denúncias feitas por Joatan Ribeiro Lima na Procuradoria Geral da República, no último dia 10, contra o deputado estadual Vavá Mutran (PDS), cuja família é a "rainha da castanha" na região e detém o poder político em Marabá. Joatan,

ex-motorista da família e testemunha de dezenas de crimes, pediu garantias de vida ao procurador-geral da República, por estar ameaçado de morte. A Procuradoria Geral da República solicitou proteção da Polícia Federal para Joatan Lima e abrirá inquérito para apurar o caso.

O depoimento integrará também o inquérito sobre violência que está sendo feito pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça. (CPT/Marabá e CEDI, 14/10/91)

Pequenos agricultores protestam no Sul

O Departamento Rural da CUT, o MST, a CPT e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia vêm, desde o início de outubro, realizando caminhadas e manifestações no interior do PR, SC e RS, protestando contra as políticas agrária e agrícola do governo federal e dos governos estaduais do sul do País. A campanha, que tem como bandeira "Terra e Crédito para Morar e Plan-

tar", vem preparando grandes acampamentos e concentrações em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

No dia 17, quando o papa estiver em Florianópolis, os agricultores tentarão mostrar-lhe que a situação só piorou desde sua última visita ao país, quando defendeu maior atenção para os pequenos produtores. (CEDI e Jornal do Brasil, 8/10/91)

Termina greve dos canavieiros de Pernambuco

Após 8 dias de paralisação, os 250 mil canavieiros de Pernambuco retornaram ao trabalho no dia 8 de outubro, um dia após o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ter julgado o dissídio da categoria. A decisão do TRT incorporou o abono de 18% ao reajuste, fazendo com que o salário da categoria passasse a Cr\$ 53,1 mil - os sindicatos patronais ofereciam um salário de Cr\$ 46.200. Determinou ainda que o piso salarial da categoria não pode-

rá ser inferior a 20% do salário mínimo vigente e que os dias parados sejam pagos.

O representante dos fornecedores de cana, que deveria participar das negociações, não compareceu ao tribunal, levando ao extremo a decisão dos fornecedores de não negociar em conjunto com os usineiros. As entidades patronais ameaçam recorrer nos próximos dias ao Tribunal Superior do Trabalho. (CEDI e Gazeta Mercantil, 09/10/91)

Igreja Universal do Reino de Deus realiza concentração sem Macedo

O "bispo" Edir Macedo Bezerra não compareceu ao culto anualmente promovido pela Igreja Universal do Reino de Deus (12 de outubro, Rio de Janeiro). O motivo é simples: ele está com prisão preventiva decretada pelo juiz João Carlos da Rocha Mattos, da 4ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, e preferiu não se arriscar a aparecer no Maracanã, onde agentes da Polícia Federal o aguardavam para prendê-lo. O inquérito apura a origem dos US\$ 45 milhões (Cr\$ 28,5 bilhões, no câmbio paralelo) desembolsados por Edir Macedo na compra da Rede Record de Televisão.

Na ausência do "bispo", a Igreja lançou o estilo *soft* de culto. Sem o tradicional exorcismo em massa de espíritos malignos e sem recolhimento de dinheiro dos fiéis, os pastores referendaram os espíritos, inimigos históricos da seita, e fizeram

uma saudação especial ao papa João Paulo II.

Sem recolhimento de dinheiro? - Por exigência da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (Suderj), que alugou o estádio por Cr\$ 6,6 milhões, os organizadores do culto não puderam passar as sacolas para recolhimento de dinheiro dos fiéis, como sempre fazem nestes eventos. Comentava-se que as contribuições foram arrecadadas nas próprias igrejas e nos ônibus fretados pelos fiéis para o transporte até o Maracanã.

Depois que o pastor Honorilton Gonçalves, um dos seis convocados para depor na PF, anunciou aos 120 mil fiéis presentes ao estádio que o "bispo" não compareceria à cerimônia em homenagem ao Espírito Santo, a choradeira na arquibancada foi geral. No campo, os "seguranças evangélicos" tentavam

impedir o acesso de jornalistas e fiéis ao gramado.

A cerimônia foi *soft, ma non troppo*. O exorcismo foi feito individualmente, nos acessos ao gramado. Alguns fiéis tiveram crises de histeria, e alguns tiveram até mesmo de ser atendidos no departamento médico do Maracanã. Em duas horas, os médicos já tinham atendido cerca de cem pessoas e mais seis foram removidas para o Hospital Souza Aguiar. Do lado de fora, camelôs e representantes da Universal Publicidade Cristã ofereciam todos os tipos de lembranças: adesivos, camisetas e broches.

Os moradores da Avenida Maracanã não puderam ter o sono dos justos, porque, por volta das 5h, um grupo de "obreiros" estacionou um caminhão com oito caixas de som, a todo volume, em frente ao estádio. (*Jornal do Brasil e O Globo*, 13/10/91)

Igrejas discutem o Estatuto da Criança e do Adolescente

Na luta pela vida, renovar a esperança. Com essa proposta, representantes de vários segmentos das igrejas Católica, Episcopal, Luterana e Metodista discutiram, durante a 11ª Semana Ecológica do Menor, no Centro de Pastoral São José (São Paulo), a situação da criança e do adolescente frente à atual conjuntura brasileira. O evento acontece anualmente desde 1981 e este ano elegeu o Estatuto da Criança e do Adolescente como suporte para as discussões.

Segundo o padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Menor da Igreja Católica, qualquer discussão que envolva crianças ou adolescentes hoje deve ter como pano de fundo o Estatuto. "A plena implantação do Estatuto é um fator de diminuição da violência contra as crianças", afirma. De acordo com o padre, ainda há resistência de alguns juízes em adotar os procedimentos determinados na lei, como por exemplo os plantões de fim de semana. No caso do infrator ser preso numa sexta-feira à noite, diz padre Júlio Lancelotti, como os juízes de

Infância e Adolescência não fazem plantão, o caso só será apreciado na segunda-feira seguinte.

Mobilização popular - Na opinião do promotor Wanderlino Nogueira, presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, em menos de um ano de Estatuto da Criança e do Adolescente já se alcançou mais avanços do que com a própria Constituição, que é de 1988. O promotor reconhece, no entanto, que a viabilização dos direitos da criança não se dá de maneira uniforme no País. "A implantação dos Conselhos de Direito que têm por função elaborar a política de atendimento não tem um padrão uniforme nos estados, isso em função da mobilização popular".

"Mas além da mobilização, é preciso haver capacitação das pessoas, dos movimentos organizados, para que todos saibam quais são seus direitos", explica o promotor. Ele espera que dentro de cinco anos o Estatuto deva estar disseminado em todo o País. (*Diário Popular*, 27/9/91)

Edir Macedo se apresenta à PF, depõe e é liberado

O "bispo" Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da rede Record de TV, se apresentou no dia 15 à Polícia Federal em São Paulo. Passou onze horas detido numa sala, foi submetido a interrogatório e no final da tarde teve sua prisão temporária revogada pela Justiça Federal.

Macedo foi liberado sem ter sido iniciado no inquérito policial que apura a origem do dinheiro com o qual comprou a Record, US\$ 45 milhões. Ele estava com prisão decretada desde 11/10. (*FSP*, 16/10/91)

Visita de Dom Ivo Lorscheiter

D. Ivo Lorscheiter visitou a sede do CEDI no Rio de Janeiro, no dia 14 de outubro, acompanhado pelo padre Gabriel Cipriani. O cardeal é responsável pela "Linha 5" - Dimensão Ecológica - da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Discutiram questões da conjuntura ecológica nacional e cooperação na área editorial. (*CEDI*, 14/10/91)

Papa critica desequilíbrio econômico e Teologia da Libertação

"É preciso que se diga, com veemência, para que se ouça em todo o mundo, que a dívida externa de um país não poderá nunca ser paga à custa da fome e da miséria do povo", acentuou João Paulo II em encontro a portas fechadas com bispos e sacerdotes brasileiros no segundo dia de visita ao Brasil. O papa fez duras críticas às injustiças sociais causadas pelo desequilíbrio econômico existente no País.

"A lógica da dominação econômica, da imposição de modelos sem respeitar a legítima determinação de cada povo, ao lado de outros fatores, criou mecanismos perversos que estão impedindo o acesso de países como o Brasil ao nível das nações mais desenvolvidas", destacou.

Cardápio indigesto - Mas no encontro com os bispos, que incluiu almoço com peixes, camarões, verduras, doces, frutas regionais, regado a água de coco, o discurso do sumo pontífice foi indigesto, principalmente quando o crescimento das seitas e a Teologia da Libertação foram os pratos escolhidos. "Preocupa-vos o panorama da grave carência de doutrina, da ignorância

religiosa, que deixa vosso bom povo - tão naturalmente inclinado para a transcendência e os valores cristãos da piedade e da fraternidade - à mercê das influências de um ambiente de deterioração moral, e o torna facilmente vulnerável à sedução das seitas e dos novos grupos religiosos", afirmou João Paulo II. Para ele, essa expansão deve merecer uma tomada de posição por parte do clero brasileiro: "a promoção dessas seitas e grupos conta com fortes recursos econômicos e sua pregação alicia o povo com falsas miragens, ilude com simplificações distorcidas e semeia confusão, sobretudo entre os mais simples e carentes de instrução religiosa". Por isso, continua, "é importante que vossa pastoral saiba ocupar os espaços onde elas atuam, despertando no povo a alegria e o santo orgulho de pertencer à única Igreja de Cristo, que subsiste na nossa Santa Igreja Católica".

Apesar de encorajar e abençoar a preocupação da igreja inspirada no "amor preferencial - nunca exclusivo nem excludente" - e na solicitude para com os pobres e necessitados, o papa alertou para que os

bispos não cedam à tentação "deste tipo de teologia da libertação, que não se coaduna com o autêntico Magistério da Igreja":

- O propósito de dar resposta cristã à premente fome de pão e de justiça do povo brasileiro será autêntico na medida em que for profundamente evangélico, ou seja, na medida em que haurir sua seiva na doutrina social católica, que faz parte da mais vasta e rica doutrina moral da Igreja - assinalou ele.

Reforma agrária moderada - Em São Luís, Maranhão, ao falar para uma multidão estimada em 300 mil pessoas, o papa condenou as "invasões" de terras e fez uma defesa moderada da necessidade de reforma agrária no Brasil. Ele foi buscar nos textos bíblicos condenações àqueles que só almejam a riqueza, mas as temperou com referências elogiosas à propriedade privada.

O tom moderado do papa frustrou as expectativas de alguns dos doze bispos maranhenses que esperavam um pronunciamento mais forte. (*O Globo*, 14/10/91; *Folha de S. Paulo*, 15/10/91 e *CEDI*, 15/10/91)

Casaldáliga critica a suntuosidade

Bispo que mora numa casa simples sem geladeira e televisão, em São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, criticou no 12º Congresso Eucarístico Nacional, encerrado no dia 13, a suntuosidade, o esquema de segurança e os gastos excessivos da visita do papa João Paulo II ao Brasil.

"Com muita frequência a Igreja perde a oportunidade de dar um testemunho de maior simplicidade, de pobreza, de maior encarnação no meio do povo". A visita do papa foi orçada em Cr\$ 5 bilhões.

No atual momento do Brasil, com a vinda do papa, mais do que nunca a Igreja deve assumir a missão do profeta, que escuta o clamor e denuncia a situação, para que o povo possa enxergar e também levantar as esperanças: "A hora e o dever da Igreja é dar estímulo, provocar a organização do povo, do movimento popular e até dos partidos mais populares". (*Jornal do Brasil*, 11/10/91)

Política e religião, a comunhão impossível

O papa João Paulo II fez dura advertência aos padres que têm atividade política. "Devido, com frequência, a uma leitura errônea do Concílio Vaticano II, ficou obscurecida a consciência da verdadeira identidade sacerdotal", disse, ao falar para padres no encerramento de sua visita a Natal (RN), primeira das dez cidades por onde vai passar.

João Paulo II disse haver atualmente "intervenção do presbítero (sacerdote, padre) em atividades próprias da ação política, que fazem parte da missão livre e responsável dos leigos". Outra distorção, segundo ele, é o "pouco apreço por tarefas especificamente sacerdotais ou pelos sinais externos do sacerdócio".

Para o papa, o padre deve "evitar a tentação de se tornar um líder terreno, político ou social", mesmo promovendo "incansavelmente o bem da justiça e os direitos dos mais desamparados".

Ouvido em absoluto silêncio por mais de mil padres, só houve um momento em que o papa foi aplaudido: quando disse que os padres têm direito a criar associações em âmbito diocesano. Mas logo em seguida veio nova advertência: tais associações não podem "se tornar, na prática, uma espécie de sindicato de padres ou um grupo corporativo". (*O Globo e Folha de S. Paulo*, 14/10/91)

O CEDI e a Global Editora farão o lançamento do livro **Conversão da Dívida e Meio Ambiente** no dia 06/11, 20 hrs. na Livraria da Vila, na Rua Fradique Coutinho, 915, Vila Madalena - SP.

Informações com o Setor de Distribuição do CEDI - ☎ (011) 825-5544

Governo Collor repõe a terra dos Tikuna

O ministro da Justiça Jarbas Passarinho assinou no dia 11 de outubro, portarias que declaram de posse permanente dos Índios Tikuna as áreas indígenas Évare I e Évare II. Essas portarias reintegram o território indígena que havia sido subtraído no governo Sarney, dentro da doutrina do Projeto Calha Norte de não permitir áreas indígenas extensas em regiões de fronteira. Os Tikuna entraram na Justiça Federal, em 1988, com uma ação declaratória tentando garantir o reconhecimento de seu território por declaração judicial.

Essas portarias foram enviadas pela Funai ao ministro há apenas uma semana e publicadas pelo órgão indigenista no Diário Oficial no dia 3 de outubro - juntamente com as áreas indígenas Guajahã e Jagua-

ri, que também foram declaradas de posse permanente dos Índios.

Área Indígena Évare I - Tem 546.000 hectares de extensão, no município de Tabatinga (AM), onde vivem 8 mil Índios Tikuna em 25 aldeias. Essa área foi delimitada pela Portaria Interministerial nº 559 em novembro de 1989, com 313.125 ha, ocorrendo então uma redução de 43% dessa área de ocupação tradicional dos Tikuna.

Área Indígena Évare II - Com 165.000 ha, nos municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença (AM), ocupada por 4.000 Índios Tikuna, essa terra fora delimitada pela mesma Portaria no dia 27/11/89, com 93.950 ha, com uma redução de 44%.

Área Indígena Guajahã - De 4.930 hectares, no médio rio Purus, município de Pauini (AM), habitada por cerca de 100 Índios Apurinã, que se distribuem em quatro aldeias.

Área Indígena Paumari do Rio Ituxi - Com 6.700 ha, no município de Lábrea (AM), para aproximadamente 65 Índios Paumari.

As duas últimas estão na área de abrangência do Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (Pmaci), criado pelo governo brasileiro por imposição do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), quando foi assinado o contrato de empréstimo para a pavimentação da estrada BR-364, trecho Porto Velho-Rio Branco. (CEDI, 16/10/91)

Passarinho delimita mais três áreas indígenas

Além das quatro áreas indígenas citadas, o ministro da Justiça Jarbas Passarinho assinou portarias (publicadas no Diário Oficial de 11/10) delimitando mais três áreas indígenas: **Área Indígena Kampa do Rio Amônia**, com 91.200 hectares, no município de Cruzeiro do Sul (AC), na fronteira com o Peru; **Área Indígena Jaguarí**, localizada no município de Amambai (MS), com 338 ha, para os Índios Kaiowá; **Área Indígena Kaxarari**, com 2.423 ha, nos municípios de Lábrea (AM) e Porto Velho (RO). Essa área na realidade é um acréscimo à terra já demarcada para os Kaxarari em 1987. Essa porção ficou fora demarcação, e a pedreira af existen-

te estava sendo explorada pela Construtora Mendes Júnior, trazendo muitos transtornos para os Kaxarari.

Balanço - Desde que foi implantada a nova sistemática de demarcação do governo Collor, em fevereiro deste ano, 13 áreas indígenas foram enviadas ao ministro da Justiça para serem apreciadas. Destas, oito foram aprovadas por Jarbas Passarinho, declarando-as de posse permanente dos Índios. A **Área Indígena Enawenê-Nawê**, no dia 13 de setembro último, e as sete áreas citadas.

Em um ano e meio de governo, foram homologadas pelo presiden-

te Fernando Collor sete áreas indígenas. O Parque Indígena do Xingu, criado em 1961 e Capoto e Jarina Margem Direita, dos Índios Metuktire (Kaiapó) liderados por Raoni, foram criadas em 1984 por pressão dos Índios, com o sequestro da balsa de travessia do rio Xingu na BR-080, que corta o território indígena.

Em março e abril deste ano, o presidente homologou cinco antigas reservas indígenas dos Kaingang e Guarani criadas na segunda década do século, no Rio Grande do Sul: **Áreas Indígenas Guarita, Cacique Double, Carreteiro, Inhacorá e Ligeiro.** (CEDI, 16/10/91)

Área Krikati foi interdita por um ano

O ministro Jarbas Passarinho assinou no dia 10 de outubro portaria interditando por um ano a Área Indígena Krikati. A interdição dessa área, com superfície aproximada de 142.326 hectares, localizada nos municípios de Montes Altos e Sítio Novo (MA), é condição para que seja realizado o levantamento fundiário da área. A demarcação dessa área, pontilhada por núcleos de posseiros, se arrasta há muitos anos. (CEDI, 13/10/91)

□ **Garimpeiro como colonizador** - O presidente da Funai Sidney Possuelo declarou, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, em Boa Vista (RR), que o Comando Militar da Amazônia tem utilizado os garimpeiros como elementos para promover a ocupação da Amazônia: "Daí surge não uma aliança, mas uma proximidade de ponto de vista momentaneamente estratégico".

O coronel Flávio Teixeira, do Comando Militar da Amazônia, disse no dia 10 deste mês, em Manaus, que sua corporação não tem entre suas responsabilidades trabalhar em áreas indígenas: "Não temos nada com isso". Ele disse tam-

bém que o CMA não foi solicitado para participar da operação de retirada de garimpeiros. (FSP, 12/10/91)

□ **Prisões** - Operação Selva Livre em RR prendeu mais 30 garimpeiros, entre os dias 11 e 12 de outubro, informou o delegado da PF em RR, Raimundo Soares Coutim. Eles estavam em garimpos nas localidades de Parafuri, Pista do Dica e nas margens do rio Urariquera.

O coordenador da Operação Selva Livre, Dinarte Madeiro, disse que desde julho foram retirados 3.620 garimpeiros das terras Yanomami. Ele estima que cerca de 300 continuam na área. (Folha de S.Paulo, 13/10/91)

Está próximo fim do prazo para demarcação da área Yanomami

No dia 19 de outubro chega ao fim o prazo que o presidente Collor deu, através de decreto, para a demarcação da terra Yanomami.

Enquanto a Funai e a Polícia Federal continuam tirando os garimpeiros do território Yanomami, enfrentando às vezes reações violentas (no último dia 5 um funcionário da Funai e um agente da PF foram feridos e 8 dias depois 2 garimpeiros foram mortos), a campanha na mídia cresce através da cobertura da imprensa aos depoimentos na CPI que investiga a atuação das missões na Amazônia.

O ministro da Marinha Mário César Flores, em depoimento à CPI no dia 8 de outubro, disse que a demarcação dever ser feita, mas não poderá alcançar a fronteira com a Venezuela. (CEDI, 13/10/91)

Collor dá prazo de uma semana para a demarcação

O presidente Fernando Collor deu prazo de uma semana ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para que seja apresentado o texto final da portaria de demarcação da terra Yanomami. Esse foi o tema mais delicado da reunião setorial do governo realizada dia 15 deste mês, com a presença de nove secretários e sete ministros, inclusive os da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, e do Exército, Carlos Tinoco.

Os militares não querem a demarcação de 9,4 milhões de hectares contínuos entre Roraima e a Venezuela, temendo perder a jurisdição sobre a sensível área fronteira e aumentar as dificuldades para a implantação do Projeto Calha Norte. Já o chanceler Francisco Rezek propôs a demarcação contínua, ressaltando que isso, além de preservar os mais de nove

mil Yanomami, assegura a conservação da área e é elemento positivo para a imagem externa do país.

Passarinho mostrou-se, no entanto, bastante favorável à demarcação das terras dos índios, dentro dos seus direitos assegurados pela Constituição. Várias vezes os ministros militares mostraram preocupação quanto à segurança nacional na região, enquanto o presidente Collor pedia solução rápida para evitar violência na área.

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, lembrou também que outra dificuldade é que a sociedade local em Roraima resiste à demarcação, "por questões econômicas e políticas". Possuelo acha perfeitamente possível trabalhar na região junto com os militares. (*Gazeta Mercantil*, 16/10/91)

Demarcação das AIs do lavrado de Roraima em xeque

Além da invasão por centenas de fazendas de criação de gado, duas novas ameaças pesam sobre a demarcação das Áreas Indígenas da região de campos e serras (lavrado) de Roraima: o crescente número de garimpeiros e a criação de zonas de livre comércio nas vilas de Pacaraima e Bonfim, respectivamente nas fronteiras da Venezuela e Guiana.

Desde julho deste ano, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, vem manifestando preocupação com as consequências da retirada dos garimpeiros das terras Yanomami. Sem terem condições para deixar o estado, grande parte deles estão indo para o lavrado roraimense. O rio Maú, no município de Normandia, é o ponto de maior concentração dos garimpeiros. Em agosto, o juiz Luciano Tolentino Amaral, da 4ª Vara do Distrito Federal, concedeu liminar à interpelação apresentada pelo Ministério Público, intimando a Funai e a União a promover a retirada dos garimpeiros não-índios da AI Raposa/Serra do Sol.

No entanto, em setembro, o mesmo juiz revogou a liminar, atendendo a um requerimento do governador de Roraima Ottomar Pinto, através da Procuradoria Geral de seu estado. Todo o processo que levou o juiz a alterar sua decisão foi acompanhado de perto pela

senadora Marluce Pinto, esposa do governador de RR. A suspensão da liminar foi comentada pela senadora como uma vitória do povo de Roraima.

Zona de Livre Comércio - Graças ainda à ação da senadora Marluce Pinto, o Senado aprovou, em 17/9/91, um substitutivo de sua autoria impedindo que fosse vetado um projeto do Executivo que cria uma Zona de Livre Comércio na Vila de Pacaraima, junto ao marco 8 da fronteira Brasil/Venezuela. Esta vila encontra-se dentro dos limites da AI São Marcos. O projeto, apresentado em março de 1990 pelo presidente José Sarney, chegou ao Congresso Nacional acompanhado por uma Exposição de Motivos Interministerial assinada pelo ministro do Interior, João Alves Filho, e pelo chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário geral de Assessoramento da Defesa Nacional, Gen. Rubens Bayma Denys. Entre os motivos expostos, os ministros apontavam a criação da Área de Livre Comércio como uma alternativa para a absorção da mão-de-obra ociosa proveniente da desativação dos garimpos da região.

Concebido como solução econômica para Roraima, o projeto objetiva o desenvolvimento das regiões fronteiriças, permitindo a

entrada de mercadorias estrangeiras com a suspensão dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados.

Assembléia Indígena - Os índios da região do lavrado - Macuxi, Wapixana, Taurepáng e Ingarikó, por sua vez, promoveram, de 21 a 23/9, na aldeia do Congresso, uma reunião onde foram discutidas questões como a demarcação de suas terras e projetos de colonização e criação de vilas dentro das áreas indígenas. As 350 lideranças presentes reafirmaram a necessidade urgente da demarcação de suas terras, em particular da área única Raposa/Serra do Sol, e a conseqüente retirada dos não-índios, entre garimpeiros, fazendeiros e comerciantes, das áreas.

É certo que as notícias sobre o fim da exploração dos garimpos de ouro da área Yanomami tornam Roraima pouco atraente para novos investimentos particulares. Zonas de Livre Comércio e novos pontos de garimpo na região do lavrado surgem assim como a alternativa encontrada pelos políticos desse estado, recém criado e sem receita própria. Tudo certo, não fosse a rota de colisão evidente entre esses projetos e os interesses dos povos indígenas locais. (Geraldo Andreillo/CEDI, 15/10/91)

Fim do sonho em Volta Redonda

"Isto aqui era a cidade de operário. Hoje não é de ninguém". Na banca de camelô com que engorda a aposentadoria de peão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), à beira de um dos viadutos do centro, o mineiro Expedito Gomide da Costa, 63 anos, resume a sensação que tomou conta da Cidade do Aço. Acabou o Eldorado de prosperidade e tranquilidade erguido sob as chaminés da CSN desde os anos 40. Os 247 mil habitantes do município, a 134 quilômetros do Rio, vivem o desconforto de um pesadelo marcado pelo desemprego, pobreza, violência e dúvidas quanto ao futuro.

De abril de 90 até agora já foram demitidos quatro mil trabalhadores, preparando a estatal para ser privatizada - o que deve acontecer no primeiro semestre de 93. As ruas foram tomadas por camelôs, as vendas no comércio caíram e aumentou a criminalidade. A cidade, de porte médio, mas agora com 136 favelas, saiu do noticiário econômico e ganhou as manchetes policiais.

"De cidade que produzia aço e greves, Volta Redonda passou a cidade da cocaína e do contrabando

de armas" diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Vagner Barcelos, ante as denúncias de que Volta Redonda virou rota do tráfico de drogas, ponto de contrabando de armamentos, território livre de grupos de extermínio e paraíso de autoridades sob suspeita de envolvimento em enriquecimento ilícito. Na escalada da violência, 265 pessoas foram assassinadas em 1990 - mais de um crime a cada dois dias.

O todo-poderoso presidente da CSN, Roberto Procópio de Lima Netto, é considerado o vilão da crise econômica da cidade, declarado *persona non grata* pela Câmara Municipal e arquiinimigo da CUT. Seu orgulho é ter desmobilizado lobbies, quebrado a hegemonia da CUT na Companhia e adotado um método de racionalização produtiva - o Total Quality Control (TQC) - usado nos Estados Unidos e no Japão após a 2ª Guerra Mundial. Mas a convalescença da CSN, com produção anual de cinco milhões de toneladas de aço e faturamento em torno de Cr\$ 500 bilhões, levou a economia da cidade a adoecer de vez. O Sindicato dos Metalúrgicos aponta perdas salariais em torno de 340%, desde maio de 90. No Sindi-

cato dos Engenheiros, às voltas com a demissão de 163 profissionais da siderúrgica nos últimos 17 meses, o diretor Sócrates Lopes Machado acusa Lima Netto de ter enxugado mais de Cr\$ 90 bilhões da economia da cidade desde que assumiu o comando da CSN, em abril de 90. Com poderes de ministro da Economia sobre a cidade, ele admite sua responsabilidade ante a choradeira que une operários, classe média e empresariado. "A Companhia não pode quebrar em prol da comunidade" afirma, defendendo o aperto nos salários e as demissões.

Volta Redonda se despede dos bons tempos desde os anos 70, quando levou de peões atraídos pela ampliação da CSN deram partida à favelização da cidade. A invasão da siderúrgica pelo Exército em 88, quando três operários foram mortos, e a morte do sindicalista e prefeito Juarez Antunes (PDT), em acidente de carro em 89, são feridas que ainda não cicatrizaram entre a população. O bispo católico, d. Waldir Calheiros, há 25 anos na cidade, resume o sentimento de desamparo: "O sonho acabou". (*Jornal do Brasil*, 9/10/91)

Acordo da Autolatina anima campanha salarial

As categorias profissionais com data base no último trimestre do ano já elegeram o novo alvo de suas reivindicações: 84,32% referentes à inflação de março de 1990. O argumento para convencer os empresários de que é possível repassar este percentual aos salários é o recente acordo feito pela Autolatina, holding que administra a Volkswagen e a Ford. No aumento de 48,08% que a montadora está pagando entre setembro e outubro, estão embutidos 24,74% dos 84,32% de março de 1990, segundo cálculo da Dieese.

A Autolatina complicou a vida dos negociadores salariais de outras empresas metalúrgicas. Contra um acordo feito pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) que garantia 25,04% a todos os metalúrgicos do estado em setembro e outubro, a montadora propôs os 48,08%. "Estamos atrás de um efeito dominó", informa Vicentinho,

presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

A tática parece eficaz. A Mercedes Benz, depois de enfrentar dois dias de greve de 115 funcionários do setor estratégico de eixos, concordou em pagar aos seus 20 mil trabalhadores o mesmo reajuste da Autolatina. Decidido a conquistar um percentual maior do que o concedido pela Autolatina, o presidente da Força Sindical e do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antonio de Medeiros, deu instruções aos diretores de base de seu sindicato para que se preparem para uma greve da categoria a partir de 29 de outubro.

Além dos metalúrgicos da capital paulista, estão em campanha salarial químicos, papelheiros, têxteis e vidreiros do estado de São Paulo, totalizando 1,1 milhão de trabalhadores da indústria de transformação. (*Jornal do Brasil*, 10/10/91)

Vicentinho faz greve de fome contra Brastemp

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, começou às 13h35 do último dia 15 uma greve de fome em protesto contra a demissão de 1.000 funcionários da Brastemp. Há cerca de 15 dias o diretor de Recursos Humanos da empresa, Afonso Molina, reuniu-se com Vicentinho e anunciou férias coletivas para 3.500 dos seus 5.200 funcionários, no período de 14 a 28 de outubro.

"Ele mentiu para mim", afirmou Vicentinho, que sentou-se na portaria nº 4 da empresa, em São Bernardo do Campo, e só pretende sair de lá quando for recebido pelo presidente da Brastemp, Ivens Freitag.

Lula, presidente nacional do PT, responsabilizou a política econômica do governo pelas demissões ocorridas na Brastemp, em consequência dos altos juros praticados no mercado que chegam a 1.650% ao ano. (*J.B.* 16/10/91)

PMDB quer ampliar participação no movimento sindical

O PMDB, maior partido do país e a maior força política no Congresso Nacional, com uma bancada composta por 112 dos 503 deputados federais, quer ganhar espaço no movimento sindical brasileiro, levando para seus quadros líderes trabalhistas, que hoje estão ligados predominantemente a partidos como o PT, PDT e PCdoB. A intenção, segundo o presidente nacional do partido, Orestes Quercia, é fortalecer e solidificar as propostas trabalhistas do partido. O primeiro passo para isso foi dado em São Paulo, onde cerca de 30 sindicalistas ligados ao PMDB, representando 16 estados, reuniram-se com membros da Executiva Nacional para discutir a proposta para a organização do Movimento Trabalhista do PMDB e para o lançamento do

Instituto de Formação de Quadros Sindicais.

"Muitas das bases da CGT são de dirigentes filiados ao PMDB e, com o Movimento Trabalhista vamos fortalecer essa participação", disse o presidente da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), Antonio Neto. Esta também é a opinião de Antonio Flores, vice-presidente da Força Sindical, para quem ampliar a participação do trabalhador e do movimento sindical "é dever de todo partido político". Já o deputado estadual do PT Paulo Azevedo mostra preocupação com a criação do Instituto, "temo que o PMDB canalize verbas do Estado para o Instituto, para cooptar dirigentes sindicais". (*Gazeta Mercantil*, 4/10/91)

Sentenças divergentes

A Justiça do Trabalho parece atravessar uma crise de identidade. No início de setembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu aos petroleiros reajuste inferior ao que a Petrobrás oferecia, considerou a greve abusiva, determinou o retorno imediato ao trabalho e o desconto dos dias parados. Quinze dias depois, concedeu aos bancários mais do que os patrões pretendiam e considerou a greve não abusiva, mas permitiu o desconto dos dias parados. No terceiro julgamento em um mês, concedeu aos processadores de dados do Serpro, Datamec e Dataprev reposição integral das perdas salariais, considerou a greve não abusiva e mandou as empresas pagarem os dias parados.

A adoção de três pesos e três

Volkswagen usou prisioneiros do nazismo

Durante a 2ª Guerra Mundial, a Volkswagen usou prisioneiros de campos de concentração nazistas em regime de trabalho escravo. Segundo uma pesquisa contratada pela própria empresa, ela chegou a ter 80% de seus trabalhadores recrutados nos campos de concentração. (*Folha de S. Paulo*, 10/10/91)

medidas em tão curto tempo deixou o movimento sindical perplexo. Para Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, isto só reflete o atraso da Justiça do Trabalho no Brasil. Segundo ele, a CUT está trabalhando numa emenda a ser apresentada na revisão constitucional de 1993. "Ela deve contemplar o contrato coletivo de trabalho, que é uma alternativa a essa estrutura, na medida em que prevê, na falta de acordo, a figura de árbitros nomeados pela sociedade". Sindicatos como os petroleiros e bancários entendem que, à medida que o país for se modernizando e as relações de trabalho se democratizarem, a tendência é a eliminação gradativa da interferência judiciária nos dissídios coletivos. (*Jornal do Brasil*, 13/10/91)

Força Sindical se regionaliza

Dois congressos de fundação das regionais da Força serão realizados no interior do estado no final desse mês: um em Sertãozinho, abrangendo toda a região de Ribeirão Preto, e o outro em São Caetano do Sul, pegando o ABC e a Baixada Santista. Segundo o presidente estadual da Central, Francisco Pereira de Souza, até o fim do ano a Força contará com 10 regionais em todo o estado. (*Diário Popular*, 9/10/91)

Fiscais encontram menores em más condições de trabalho

Menores trabalhando em condições de insalubridade, o que é proibido pela CLT, nível de ruído de 100 decibéis (o máximo permitido é 85), baixa luminosidade e máquinas não convenientemente protegidas. Estas foram algumas das irregularidades constatadas pelos fiscais da Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social, durante inspeção realizada para apurar denúncias de más condições de trabalho e segurança na Multividro Indústria e Comércio Ltda, localizada em São Paulo. A fábrica produz equipamentos domésticos de vidro e tem aproximadamente 1.200 funcionários, dos quais 179 são menores. A maior parte trabalha na linha de produção, feita manualmente. Apesar de fornecer alguns equipamentos de segurança, como óculos e protetores de ouvido, a empresa não exige seu uso. Nessas condições, os trabalhadores estão expostos a problemas pulmonares, surdez, catarata, além de queimaduras e cortes, entre outros riscos. O sindicato dos vidreiros não tem um levantamento do número de acidentes ocorridos na Multividro, porque muitos não são comunicados mas, segundo os funcionários, os índices são muito grandes. (*Diário Popular*, 8/10/91)

Aposentados criticam Magri

O conselho dado pelo ministro do Trabalho e Previdência, Antonio Rogério Magri, para que os aposentados e pensionistas negociem com os donos de estabelecimentos comerciais para *pendurar* as contas, continua a repercutir mal entre os beneficiários. Os aposentados do ABC paulista se reuniram para denunciar que a alteração nas datas de pagamento dos benefícios está causando desorganização na economia doméstica. Em muitos casos as contas vencem antes do recebimento dos benefícios. "Não dá para fazer acordo com a Light, com a Telefônica", ironizou o presidente da Associação dos Aposentados de Santo André, Philadelpho Braz. (*Diário do Grande ABC*, 5/10/91)

IBGE revela a situação da infância

A pesquisa "Crianças e Adolescentes - Indicadores Sociais", divulgada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traça um perfil da infância brasileira ao longo da década de 80. É a primeira vez que um instituto de pesquisa apanha os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1989, e os cruza com informações

dos ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho. Constatou-se que mais da metade dos 59 milhões de crianças e adolescentes vive em famílias com renda mensal familiar "per capita" de meio salário mínimo (atualmente Cr\$ 21 mil). Também é significativa a proporção (27,4%) de menores cujas famílias se situam na "linha da pobreza absoluta", ou seja, com ganho "per

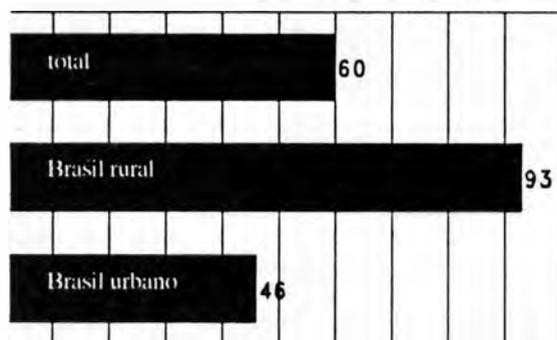
capita" de até 1/4 do mínimo. Dos bebês com menos de 1 ano, 60% moram em casas que não têm atendidas necessidades básicas mínimas, como rede de esgoto e água encanada. Saindo de casa para analisar o que fazem os jovens na rua, revela-se outro dado dramático da infância brasileira: na faixa dos 7 aos 17 anos, 8 milhões de crianças - equivalente à população da cidade do Rio de Janeiro - não estão onde deveriam estar: na escola. Ao deixarem precocemente os bancos escolares, as crianças entram no mercado de trabalho - e aí ganham a metade do salário de um adulto. Entre os adolescentes de 10 a 14 anos, 20% trabalham. Além disso, 70% dos adolescentes analfabetos entre 15 e 17 anos são filhos de mães também analfabetas.

A pesquisa também conclui que o problema brasileiro não é a falta de escolas. Na verdade faltam condições minimamente decentes de sobrevivência. Em 1981, 71% das crianças entre 7 e 9 anos estavam estudando. No final da década, esse número subiu para 85%. "O problema está na permanência na escola", afirma Ana Lúcia Sabóia, uma das coordenadoras da pesquisa. O IBGE calcula que, de cada 1000 crianças na escola, apenas 250 concluem o 1º grau. "As condições sócio-econômicas fazem com que a criança saia logo da escola para trabalhar ou para ajudar a família", diz a pesquisadora.

A miséria, porém, não é a única responsável pela evasão escolar. Um estudo realizado pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), conclui que parte dos estudantes opta pelo mercado de trabalho porque as escolas são ruins. Segundo o Ministério da Educação, o índice de repetência estaria na faixa dos 35%, porém, na verdade chega à casa dos 48%. Os dados do LNCC indicam que a maior parte dos alunos que deixam a escola está na 4ª série e só sai depois de passar seis anos, repetindo várias séries. "As famílias brasileiras fazem um esforço sobre-humano para manter os filhos na escola, mas depois de repetirem tanto acabam saindo aos 13 ou 14 anos", afirma o coordenador do estudo do LNCC, Sérgio Ribeiro. (Vera Saavedra Durão/Gazeta Mercantil, 14/10/91; Veja, 16/10/91)

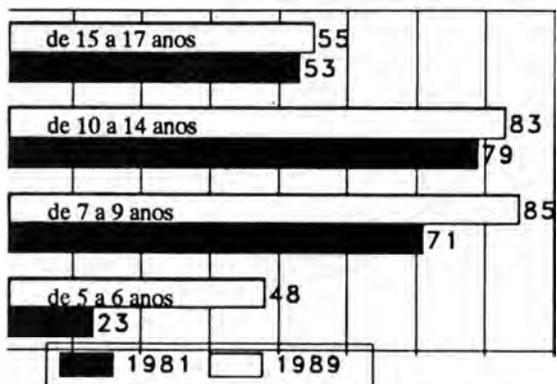
Roberto de Souza/SPD/CEDI

Saneamento



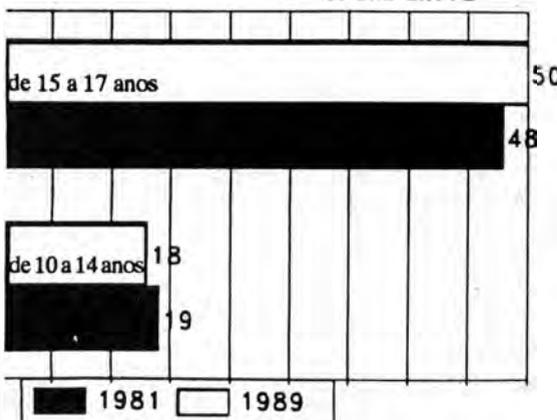
Entre os bebês com menos de 1 ano de idade, 60% vivem em domicílios sem rede de esgoto ou fossa séptica e sem canalização de água

Escolarização



As crianças entre 5 e 14 anos aumentaram sua presença na escola, mas a evasão continua alta entre os jovens de 15 a 17 anos

Trabalho



Nos anos 80, um número maior de jovens entre 15 e 17 anos trocou os bancos escolares por postos de trabalho

Livros didáticos viram sucata

A Polícia Federal de São Paulo vai pedir a prisão preventiva do empresário Francisco Souto, um dos proprietários da Transportadora F. Souto, localizada em Guarulhos, na Grande São Paulo. Ele é acusado de danos e peculato, por desviar e mandar triturar cerca de 1,7 mil toneladas de livros didáticos de 1º grau.

A denúncia partiu da deputada estadual Beatriz Pardi (PT), membro da comissão de Educação da Assembléia Legislativa. A deputada descobriu que foram vendidas como sucata quinhentas toneladas de livros didáticos pertencentes à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) - órgão do governo federal - para a empresa de reciclagem de papel Apropel. Os livros encontravam-se sob a responsabilidade da distribuidora F. Souto, contratada pela FAE. (*Diário Popular*, 11/10/91; *O Estado de S. Paulo*, 15/10/91)

Protesto contra o fim da eleição de diretores

Os estudantes da rede pública estadual de Porto Alegre realizaram a maior manifestação dos últimos anos. Os organizadores do protesto, que reuniu 4 mil estudantes, calculavam que estavam representadas mais de 50 instituições. A maioria dos manifestantes usava o preto: "é que estamos de luto porque o governador não quer que a gente escolha os diretores", afirmava um dos estudantes. (*Zero Hora*, 4/10/91)

Primeiro Ciac custa o dobro do previsto

No mesmo dia em que foram liberados os recursos para os Ciacs, foi divulgado o programa da visita do papa João Paulo II a Brasília. Isso frustrou o empenho do governo para que Sua Santidade inaugurasse o Ciac de Vila Paranoá. Ele foi construído a toque de caixa, a 5 quilômetros da Casa da Dinda, numa área em que a rede de ensino já instalada atende com sobra a demanda de educação básica. Este primeiro Ciac custou o dobro de seu orçamento inicial, aproximadamente Cr\$ 1,2 bilhão, destinando-se nada menos que Cr\$ 10 milhões para a compra de um jardim de formosas palmeiras imperiais. (*O Estado de S. Paulo*, 10/10/91)

Direitos humanos e religião nas escolas públicas de SP

No próximo ano, os 6,5 milhões de alunos da rede estadual de ensino de São Paulo vão receber noções sobre os direitos fundamentais do cidadão. A Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (Cenp) vai treinar este ano os supervisores de ensino. A idéia é incluir temas sobre os direitos e as garantias fundamentais nas aulas de história, geografia e português. Segundo Fernando Morais, secretário de Educação do Estado, os professores vão repassar os ensinamentos recebidos dos supervisores aos alunos, principalmente os do 2º grau.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo autorizou e vai financiar projetos de implantação de ensino religioso nas escolas públicas da cidade. Segundo Mario Sergio Cortella, secretário municipal de Educação, as escolas municipais podem optar pelo ensino religioso dentro do leque de "projetos pedagógicos especiais". Professores da rede serão treinados por uma equipe de assessores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). (*Folha de S. Paulo*, 2 e 9/10/91)

Professores encerram greve em SP e SC

São Paulo - Sem nenhuma conquista salarial e com a ameaça da Secretaria de Educação de descontar os dias parados dos salários deste mês, professores e funcionários da rede estadual decidiram voltar ao trabalho. Em assembleia realizada no dia 8 de outubro, os professores constataram o fracasso da greve, esvaziada desde a semana anterior. Segundo o Sindicato do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp), apenas 5% das escolas ainda permaneciam paradas. A greve dos professores tinha como principal reivindicação uma reposição de 152%. Com o seu fracasso, o governo mantém a decisão de dar 40,7% acima do reajuste geral do funcionalismo, em sete parcelas, até fevereiro do ano que vem.

Santa Catarina - Após greve de dois meses, cerca de 46 mil professores estaduais de Santa Catarina retornaram às salas de aula no dia 9 de outubro, sem terem atendidas a maioria de suas reivindicações. A categoria, que solicitava a reposição de perdas salariais acumuladas que variam entre 136 e 332%, decidiu aceitar a contraposta do governo, que ofereceu reajustes de 15 e 32,24% em novembro e dezembro, mais um adicional por produtividade.

Conforme informou o secretário de Educação do Estado, Paulo Roberto Bauer, as faltas dos grevistas serão descontadas dos salários. (*Diário Popular*, 9/10/91; *Gazeta Mercantil*, 9/10/91)

Comissão aprova verba para Ciacs

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional decidiu que 25% (Cr\$ 87 bilhões) dos recursos previstos para o projeto dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (Ciacs) poderão ser remanejados, dentro do setor de educação, por emendas dos parlamentares ao orçamento de 1992. Os Ciacs tiveram garantidos 75% do orça-

mento original, que era de Cr\$ 348 bilhões.

O resultado foi considerado uma vitória parcial do governo e do PDT. Juntos derrubaram uma emenda do PMDB, que retirava 80% dos recursos do projeto, deixando apenas 20% a título de "permitir um projeto-piloto". (*Gazeta Mercantil*, 9/10/91)

Publicação do CEDI

Educação no Brasil — 1987 - 1988

299 páginas - Cr\$ 12.100,00

Pedidos a/c do Setor de Distribuição - CEDI

Albânia torna-se o 156º membro do FMI

A Albânia, um dos últimos países da Europa a demolir o sistema de governo socialista que a orientava, tornou-se a partir desse mês, o 156º país-membro do Fundo Monetário Internacional (FMI). A admissão será formalizada durante assembleia conjunta do FMI e Banco Mundial, em que a Albânia será representada pelo ministro das Finanças, Geng Ruli, um economista de 23 anos que pertence ao Partido Democrata, um dos que integram a

coalizão que governa o país, liderada pelo Partido Socialista.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Ruli admite que com a economia arrasada e os preços subindo entre 20% e 30% ao mês, a Albânia entra para o FMI atrás de ajuda ocidental para dar um salto em direção à "total e completa economia de mercado".

O ministro afirma que o governo albanês implantará um programa de estabilização econômica ins-

pirado nos padrões ortodoxos exigidos pelo FMI. As primeiras medidas consistiram na privatização das terras e na desregulamentação da moeda em cerca de 150%.

As próximas iniciativas deverão contemplar leis para a propriedade privada, defesa e proteção para capitais estrangeiros, leis trabalhistas, para a assistência social e a liberalização e regulamentação dos salários. (*Jornal do Brasil*, 16/10/91)

Realizado o 4º Congresso do PC cubano

Terminou na madrugada do último dia 14 o 4º Congresso do Partido Comunista de Cuba. No encerramento, num discurso para cerca de 250 mil pessoas, Fidel Castro, secretário-geral do PC cubano destacou o delicado momento que o país atravessa, ressaltando as dificuldades econômicas e a ameaça norte-americana. Mas ressaltou que os cubanos estão dispostos a "regar suas idéias com o próprio sangue e morrer pela revolução". Ele negou que Cuba - um dos poucos países comunistas ortodoxos ainda existentes - esteja isolada internacionalmente. "Homens e mulheres de todos os países têm pavor da idéia de um mundo unipolar, dominado pelo imperialismo ianque", declarou, afirmando que toda essa gente "olha para Cuba com grandes esperanças".

Durante cinco dias, os 1.700 delegados procuraram definir uma estratégia para a sobrevivência econômica e política para Cuba, diante do fracasso dos regimes da Europa Oriental e União Soviética.

Os delegados elegeram 225 membros do Comitê Central, dos quais 126 são novos. A renovação foi grande no Politburo (órgão máximo do PC), onde 14 dos 25 eleitos são nomes novos.

O 4º Congresso aprovou medidas políticas que objetivam arejar e reduzir a burocracia do PC para manter o sistema de partido único, num país castigado pela pior crise econômica da sua história recente. A mais importante mudança foi a adoção da eleição direta, com voto secreto, para a Assembleia Nacional. Cabe à Assembleia aprovar leis

e orçamentos, alterar a Constituição e eleger o presidente do Conselho de Estado. Outra decisão permitiu o ingresso de fiéis religiosos no PC de Cuba.

No campo econômico, deu-se ênfase ao fim da assistência soviética. Em consequência, Cuba se abrirá cada vez mais a investimentos estrangeiros, principalmente no setor turístico. Será também permitido que algumas categorias profissionais como mecânicos, eletricitas e carpinteiros, façam serviços particulares fora das horas devidas ao Estado. Não foi autorizada a venda de produtos agrícolas diretamente ao consumidor, medida tentada em 1983 e que fracassou pouco depois. (*Jornal do Brasil*, 15/10/91; *O Estado de S. Paulo*, 16/10/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR — 52-636/87



UP-CT PRINCIPAL